



C Â M A R A M U N I C I P A L

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES

Reunião de Câmara de 18-01-2018

Ponto 3 e 5 – Aprovados por Unanimidade

Ponto 1 – **rejeitado** com a seguinte votação: **A Favor (3)** – (2PCP + 1BE); **Contra (14)** - (6PS + 2IND + 4CDS/PP + 2PPD/PSD).

Ponto 2 - **rejeitado** com a seguinte votação: **A Favor (3)** – (2PCP + 1BE); **Contra (8)** - (6PS + 2IND); **Abstencões (6)** – (4CDS/PP + 2PPD/PSD).

Ponto 4 – **aprovado** com a seguinte votação: **A Favor (11)** – (6PS + 2IND + 2PCP + 1BE); **Abstencões (6)** – (4CDS/PP + 2PPD/PSD).

Moção: 4 /2018

CONTRA A DESTRUIÇÃO DOS CTT, PELA RECUPERAÇÃO DO SEU CONTROLO PÚBLICO

A Administração dos CTT tornou público mais um pacote de medidas que representam o despedimento de trabalhadores (mais 800), a venda de património e o encerramento de estações e postos, medidas que se juntam a outras já em curso, com a tentativa de despedimento de outros 340 trabalhadores na sequência de uma previsão de lucros para 2017 de «apenas» 19 milhões de euros.

Estamos a assistir ao aprofundar do caminho desastroso aberto com a privatização dos CTT, concretizada pelo anterior governo PSD/CDS, com os grupos económicos que hoje controlam a empresa a descapitalizá-la, a alienar património, a degradar o serviço a níveis escandalosos. Um caminho que já implicou: um aumento de 47% na tarifa do correio normal desde a privatização; que entre 2009 e 2016 tenham encerrado 564 estações e postos de correios; que largas centenas de postos de trabalho tenham já sido destruídos; que o correio demore hoje mais tempo a chegar ao destino do que demorava há trinta anos; que património tenha sido vendido para suportar o pagamento de dividendos, exemplo a venda do Palácio da Rua de São José por 23 milhões de euros, permitindo pagar dividendos muito acima do resultado líquido da empresa.

Os objectivos da administração dos CTT são claros, e incompatíveis com o papel estratégico do serviço público que está obrigado a prestar. A serem concretizados, o serviço público postal universal desaparecerá como tal e a destruição da empresa deixará de ser apenas uma possibilidade.

Com as privatizações o Estado perdeu receitas dos lucros e impostos, os trabalhadores perderam direitos, rendimentos e muitos outros o emprego. As populações perderam serviços, viram agravados os preços e o país perdeu instrumentos de intervenção e soberania;

Em suma, com a sua privatização deu-se início à destruição dos CTT e os seus accionistas agem na total impunidade.

Na Cidade de Lisboa a administração dos CTT anunciou o encerramento de 3 estações. A Estação do Socorro, na Freguesia de Santa Maria Maior, a Estação da Junqueira, na Freguesia de Alcântara e a Estação das Olaias, na Freguesia do Areeiro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Estes encerramentos, que configuram mais um ataque ao serviço público de proximidade, prejudicarão muito os utentes, muitos deles idosos, que serão obrigados a maiores deslocações para fora da sua área de residência.

Assim, os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária em 18 de Janeiro de 2018, delibere:

1. Exigir do governo que impeça a destruição dos CTT, dando início a um processo de recuperação de controlo público desta empresa;
2. Exigir da administração dos CTT que mantenha em funcionamento as Estações do Socorro, da Junqueira e das Olaias;
3. Exigir à administração dos CTT que inicie um processo de diálogo com as Autarquias no que diz respeito à garantia do serviço público postal em qualquer zona que pretendam reestruturar;
4. Solidarizar-se com as lutas das populações e dos trabalhadores dos CTT contra o encerramento de estações dos correios na Cidade de Lisboa;
5. Remeter a presente moção para:
 - Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas
 - Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública
 - Primeiro-Ministro
 - Ministro da Economia
 - CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
 - UGT – União Geral de Trabalhadores
 - Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações
 - Comissão de Trabalhadores dos CTT
 - MUSP – Movimento de Utentes dos Serviços Públicos

Lisboa, 18 de Janeiro de 2018

Os Vereadores do PCP

Carlos Moura

Ana Jara